



SAUDAÇÃO

O STAL saúda a decisão tomada conjuntamente pelos municípios de Loures e Odivelas para a criação de serviços intermunicipalizados de água, saneamento e resíduos.

Esta decisão põe fim ao processo de privatização da água de Odivelas - o único que estava em curso no País, e abre uma nova fase no relacionamento e de cooperação entre as duas autarquias, condição indispensável para a construção de um serviço público municipal democrático e de qualidade.

Saudamos os eleitos locais, cuja tomada de posição prestigia o Poder Local e honra o 25 de Abril, cujos 40 anos celebramos este ano, mantendo sob controlo e gestão democrática serviços públicos essenciais à comunidade e à qualidade de vida das populações.

Saudamos a luta empenhada e corajosa dos trabalhadores, das populações, movimentos de utentes e organizações sociais de defesa da água pública e o seu contributo decisivo para o desfecho agora anunciado.

Como sempre afirmámos, a privatização, como a Auditoria do Tribunal de Contas sobre o sector da água confirmou recentemente, significa favorecer os interesses privados, obrigar as pessoas a pagar mais por piores serviços e conduz à perda de postos de trabalho.

Como sempre afirmámos, era urgente interromper o processo de descapitalização e esvaziamento dos SMAS e pelo contrário, desenvolver uma gestão comprometida com os valores do serviço público, com a defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações, processo que permitiria concluir rapidamente que os serviços possuem todas as condições humanas e técnicas para servir com qualidade e vantagem face a outros modelos, os cidadãos de Loures e Odivelas e assim garantir direitos de cidadania.

Esta é uma enorme vitória dos trabalhadores e das populações. A manutenção destes serviços na esfera pública é a única forma de garantir e salvaguardar plenamente o interesse público.

Este é também um contributo de grande significado para a luta das autarquias que em todo o país resistem às investidas do governo PSD/CDS-PP que continua empenhado em atacar o poder local, liquidar direitos, servir os amigos e os interesses dos grandes grupos económicos que estão apostados em controlar o negócio da água, do saneamento e dos resíduos.

É aliás para garantir o negócio e o lucro dos privados que o governo transferiu para o Regulador, a ERSAR - Lei nº 10/2014 de 6 de Março, o poder de fixar os preços e tarifas e de os impor aos municípios que terão de os aplicar, sob ameaça de pesadas multas, violando grosseiramente a autonomia local e penalizando gravemente as populações.

E é nessa direcção que prossegue exercendo todo o tipo de chantagens e pressões sobre os municípios visando concentrar os serviços de água e saneamento no Grupo Águas de Portugal, com o objectivo de criar 4 mega sistemas para posteriormente os entregar aos privados e que, contra tudo e contra todos, quer privatizar a EGF/Valorsul, um crime que não podemos permitir que seja concretizado.

Perantes esta ofensiva, cujo prosseguimento acentuará ainda mais as injustiças e as desigualdades, é nossa profunda convicção que a afirmação do Poder Local, o combate corajoso e intransigente pela sua autonomia administrativa, financeira e gestonária, a defesa dos serviços públicos municipais, da cooperação intermunicipal, o respeito pelos direitos dos trabalhadores, são factores indispensáveis para travar este rumo de destruição.

Conscientes desta realidade e do desafio que agora se coloca a todos, reafirmamos o nosso compromisso e vontade de contribuir para a construção de um serviço público municipal de excelência ao serviço das populações e para a construção de uma política que valorize e respeite os trabalhadores.

7 de Abril 2014

A Direcção Nacional do STAL